COMPREENSÕES CONJUNTURAIS E ESTRUTURAIS DOS MOVIMENTOS NEGROS NA DENÚNCIA CONTRA A VIOLÊNCIA POLICIAL RACIALIZADA NO BRASIL (2020)

Matheus Silva Freitas
Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, Almenara, Minas Gerais, Brasil.
ORCID: https://orcid.org/0000-0001-6245-9085
Endereço eletrônico: matheus.freitas@ifnmg.edu.br

Palavras-chave: movimentos sociais negros; violência policial; pandemia; estrutura social; conjuntura.

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta fragmentos de uma pesquisa de doutorado em andamento. O objetivo é analisar as dimensões educativas e a produção de conhecimentos da luta política protagonizada pela Coalizão Negra por Direitos[1], enquanto rede de movimentos sociais negros no Brasil, frente a um caso de violência policial racializada durante a pandemia de covid-19.

Trata-se de uma pesquisa documental, concentrada na análise de conteúdo de manifestos, cartazes de convocação, slogans de protesto e uma transmissão ao vivo de ato online, que reagiram ao assassinato do adolescente João Pedro Mattos Pinto, de 14 anos, em 2020, morto a tiros durante operação policial no Rio de Janeiro.

A pesquisa está ancorada nos estudos das resistências coletivas negras e movimentos sociais, especialmente sob a perspectiva cultural e educativa das ações coletivas, a partir do conceito de movimento negro educador (Gomes, 2017), bem como da noção de movimentos sociais como teóricos sociais insurgentes (Nilsen; Cox, 2025).

Especialmente neste texto apresento análises que indicam como a Coalizão Negra por Direitos e seus ativistas, na luta contra esse caso de violência policial racializada, produziram estratégias de enfrentamento que emergem conhecimentos a partir de uma *compreensão conjuntural* sobre a violência no contexto de pandemia de covid-19 e uma *análise estrutural*

[1] Trata-se de uma articulação antirracista nacional que reúne mais de 150 organizações do movimento negro, criada em 2019, e que realiza atividades de incidência política nacional e internacional.

sobre as relações sociais e políticas brasileiras.

METODOLOGIA

O percurso metodológico desta pesquisa relaciona com um repertório documental e comunicacional, produzido no âmbito da Coalizão Negra por Direitos, composto por diferentes modalidades de produções, como manifestos, cartazes de convocação, cartazes de protesto e a transmissão de um ato online, disponíveis na internet (em sites e redes sociais, como Youtube e Instagram). Neste trabalho apresentamos análises de dois documentos: o Manifesto "Luto em luta por João Pedro" (Coalizão Negra por Direitos, 25/05/2020) e o Ato online "Ato Online | Sétimo dia em memória de João Pedro e todas as vítimas do genocídio do negro no Brasil" (Coalizão Negra por Direitos, 26/05/2020).

Tais fontes foram examinadas por meio da análise de conteúdo (GOMES, 2002), o que possibilitou a classificação e interpretação dos dados à luz da questão de pesquisa. Essa análise exigiu uma atenção política-metodológica em não rejeitar das falas de ativistas o seu "estatuto de autoridades" (Carneiro, 2023, p. 141). A orientação teórico-metodológica da pesquisa, baseada no movimento negro educador (Gomes, 2017), nos instiga a reconhecer os ativistas e suas falas como "vítimas dos processos de subalternização presentes nas relações raciais", mas também como "sujeitos de conhecimento" e, sobretudo, "testemunhas insurgentes de todo esse processo de sujeição e morte" (Carneiro, 2023, p. 141).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No manifesto e no ato online foi possível observar tanto uma interpretação sobre a intensificação e visibilização da violência policial durante a pandemia de covid-19, ou seja, uma visão da conjuntura, quanto uma problematização sobre o Estado, a democracia, o racismo, em uma noção mais estrutural.

Em outras palavras, a partir do material analisado é possível visualizar que o movimento e ativistas não denunciaram ou criticaram apenas sobre a pandemia, mas usaram a pandemia como uma situação-limite para revelar e radicalizar uma crítica estrutural. Trata-se da distinção conceitual que Vazquez e Cozachcow (2021) propuseram: as *agendas da pandemia*, isto é, problemas que os ativismos suscitaram que surgiram no contexto pandêmico (conjuntural) e as *agendas na pandemia*, os problemas sociais pré-existentes que continuaram

ou intensificaram no contexto pandêmico (estrutural).

De acordo com Nilsen e Cox (2025) essa distinção entre conjuntura e estrutura é o cerne da produção de teoria social insurgente dos movimentos sociais. Observar essa transição de questões sobre eventos específicos e excepcionais para aspectos profundos e duradouros é a chave para reconhecer o saber social crítico e insurgente que os ativistas produzem em suas lutas.

A elaboração de uma leitura das violências policiais durante a pandemia de covid-19 como uma conjuntura crítica fica evidente no manifesto sobre o assassinato de João Pedro, quando denuncia-se a persistência de operações policiais no momento atípico e extraordinário da pandemia, caracterizado pelo distanciamento social. O manifesto questiona, assim, que mesmo em casa, como estratégia de segurança para a covid-19, as desigualdades sociorraciais alteram as condições da segurança das pessoas negras e dos territórios periféricos.

> Este crime bárbaro é mais um, que por comover todo país, torna-se símbolo da necropolítica colocada em prática pelo Estado brasileiro, capaz de manter violentas operações policiais em favelas e periferias mesmo em tempos da mais mortal pandemia que o país da viveu. João Pedro e sua família obedeciam a orientação do Governador Witzel e dos organismos internacionais de saúde, como forma de se proteger da Covid19. Estavam em casa. Mas para famílias negras no Brasil, a casa, a rua, a comunidade não são sinônimo de segurança. (Manifesto "Luto em luta por João Pedro", 2020)

Alguns ativistas, durante o ato online, expuseram como a conjuntura "revela" a estrutura. A pergunta feita pelo ativista Douglas Belchior, exemplifica como a conjuntura pandêmica desdobra possibilidade para pensar nas estruturas permanentes: "Em tempos de pandemia de coronavírus até quando nós vamos ignorar o racismo, o nosso vírus letal e o genocídio negro, que é a nossa pandemia permanente?" (Douglas Belchior, 26/05/2020, 3h52min).

Essa transição da conjuntura pandêmica para a estrutura social e política brasileira é ainda mais forte na elaboração do discurso do ativista Pedro Borges. Em sua fala ele deslocou o foco do evento específico para a crítica ao Estado enquanto estrutura genocida.

> Desde o início do ano a gente tem acompanhado um acréscimo, o aumento da morte e uma continuidade na morte de jovens negros nas periferias dos grandes centros urbanos e isso infelizmente vai continuar acontecendo e enquanto acontecer nós, enquanto movimento negro, nós, enquanto mídia negra, continuaremos a denunciar, continuaremos a lamentar a morte dos nossos jovens e, mais do que isso, faremos política, faremos pressão pra

> destruição dessa **plataforma genocida do Estado brasileiro materializada na sua polícia e na sua política de segurança pública**. É isso muita força para nós. Seguimos em luta (Pedro Borges, 26/05/2020, 1h38min -1h39min, grifo nosso)

A polícia e a política de segurança pública, em sua percepção, são materializações institucionais de um projeto estatal de extermínio. A sua denúncia é, portanto, orientação política permanente, associada à destruição dessa plataforma de morte e não apenas uma reação à conjuntura. Neste trecho ele explicita bem a passagem de uma análise empírica para a identificação de um regime estrutural de violência, uma percepção muito alinhada às teorizações críticas ao comportamento racializado e violento do Estado (Franco, 2014; Mbembe, 2020).

CONCLUSÕES

Os fragmentos de análise, neste trabalho, permitem entender como a Coalizão Negra por Direitos, a partir das lutas e denúncias em torno dos casos específicos do assassinato de João Pedro e da Chacina do Jacarezinho, constrói uma leitura política que vai além da denúncia episódica da violência policial. Ao inscrever esses acontecimentos em uma crítica mais ampla, o movimento evidencia a violência policial racializada como elemento estruturante da operação política do Estado e do funcionamento da democracia brasileira.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade**: a construção do outro como não ser como fundamento do ser**.** Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

FRANCO, Marielle. UPP – **A redução da favela a três letras:** uma análise da política de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

GOMES, Nilma Lino. **Movimento negro educador:** saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GOMES, Romeu. **A análise de dados em pesquisa qualitativa.** In: Deslandes, Suely F. (org.). Pesquisa social: teoría, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. 67 80.

MBEMBE, Achille. **Políticas de inimizade**. São Paulo: n-1 edições, 2020.

NILSEN, Alf Gunvald; COX, Laurence. Social movements and insurgent social theory: Making Theoretical Knowledge Through Collective Action. In: Berit Bliesemann de Guevara

et al. (eds.), **Knowledge and Expertise in International Politics**: a Handbook. Oxford: Oxford University Press, 2025

VAZQUEZ, M.; COZACHCOW, A. **Entre las redes y las calles: organizaciones y acciones colectivas juveniles durante la pandemia (2020-2021).** Última Década, 57, 159-196, 2021.